



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Concurso Público para provimento de cargos de**  
**Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Programação**

Opcao de Cargo N07, Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Conhecimentos Gerais</b> <b>Conhecimentos Específicos</b>

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
    - corresponde a sua opção de cargo.
    - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
  - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
  - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Fevereiro/2004

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**CNBB fecha questão contra a redução da maioria penal**

A cúpula da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou a posição da entidade, que é totalmente contrária às propostas de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, que tramitam no Congresso Nacional.

O presidente da entidade, dom Geraldo Majella, disse que os congressistas deveriam se esforçar em combater as causas da violência e melhorar a educação para evitar que mais jovens entrem para a criminalidade. “Não basta baixar a idade penal para resolver o problema. A questão do adolescente infrator deve ser resolvida não só com a polícia, mas com políticas públicas que ajudem a dar educação”, afirmou dom Geraldo.

Os bispos também se manifestaram contra a intenção de se fazer um plebiscito nacional sobre a redução da maioria. Para dom Geraldo, a força da mídia e a violência dos crimes recentes podem influenciar as pessoas. Segundo ele, “o plebiscito vai refletir toda a paixão que a sociedade expõe quando ocorre algum crime de grande repercussão.”

Os bispos também afirmaram que vão conversar com deputados e senadores para tentar convencê-los a não votarem as matérias que tratam do assunto. Só na Câmara, há 177 matérias que tratam de crimes praticados por adolescentes, 58 das quais abordam a redução da maioria. No Congresso, o projeto mais recente apresentado pelo líder do PL, é bastante rigoroso: propõe a redução da maioria para 13 anos.

(Folha on line, “Cotidiano”, 26/11/2003)

1. As expressões *não basta baixar a idade penal e a questão do adolescente infrator deve ser resolvida não só com a polícia, mas com políticas públicas* levam a crer que a redução da idade penal e a ação da polícia, diante da questão do menor infrator,

- (A) não são suficientes, nem necessárias.
- (B) são necessárias, mas não suficientes.
- (C) não são nem suficientes, nem necessárias.
- (D) não são desejáveis, nem necessárias.
- (E) não são necessárias, por serem insuficientes.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Para dom Geraldo, um plebiscito nacional expressaria, em boa hora, o justo sentimento popular diante da redução da maioria.
- II. A força da mídia e a violência dos crimes tenderiam a aumentar, caso se fizesse um plebiscito sobre a redução da maioria, afirmou dom Geraldo.
- III. A CNBB interessa-se em evitar que sejam aprovados projetos como o apresentado pelo líder do PL.

Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em

- (A) *está totalmente contrária às propostas* = vai ao encontro das propostas.
- (B) *divulgou a posição da entidade* = prenunciou a tendência da congregação.
- (C) *resolvida (...) com políticas públicas* = solucionada (...) por meio de medidas já consensuais.
- (D) *abordam a redução da maioria* = minimizam a responsabilidade civil.
- (E) *a intenção de se fazer um plebiscito* = o propósito de empreender consulta popular.

4. Na frase *Os bispos também afirmaram que vão conversar com deputados e senadores para tentar convencê-los a não votarem as matérias que tratam do assunto*, a frase ou expressão

- (A) *deputados e senadores* indica uma alternativa.
- (B) *que tratam do assunto* indica uma possível ação dos congressistas.
- (C) *a não votarem as matérias* indica a posição atual dos congressistas.
- (D) *para tentar convencê-los* indica uma finalidade.
- (E) *Os bispos também afirmaram* indica o acordo entre os bispos e os congressistas.

5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *A força da mídia e a violência dos crimes recentes podem influenciar as pessoas*, a forma verbal resultante será

- (A) podem ser influenciadas.
- (B) poderiam ser influenciadas.
- (C) pode ser influenciado.
- (D) podem ter influência.
- (E) podem ter sido influenciadas.

6. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:

- (A) Couberam aos bispos manifestar-se sobre a redução da maioria penal.
- (B) O que vêm influenciando as pessoas são a força da mídia e a violência dos crimes.
- (C) Houve muitos projetos apresentados, um dos quais prima pela absoluta radicalidade.
- (D) Caso se submeta meninos de treze anos ao código penal, condenar-se-á crianças.
- (E) Num plebiscito, a maioria haverão de se manifestar a favor da redução.

<p>7. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:</p> <p>(A) Os congressistas deverão se esforçar para que melhorasse a educação, em vez de agravarem a questão do menor no Brasil.</p> <p>(B) Caso os bispos convencessem os deputados, não passaria nenhum projeto que viesse a prejudicar os menores de 18 anos.</p> <p>(C) Se a força da mídia não afetasse tanto a opinião pública, é possível que esta acabe por se mostrar contrária à redução da maioridade penal.</p> <p>(D) Muito embora seja radical o projeto apresentado pelo líder do PL, são muitos os que haveriam de apoiá-lo, desde o momento em que foi apresentado ao plenário.</p> <p>(E) Sempre haverá quem deseje que a questão do menor se resolve com medidas radicais como as que têm sido apresentadas.</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) A força da mídia, tanto quanto a violência dos crimes recentes, vem influenciando negativamente a opinião pública, segundo afirmou dom Geraldo.</p> <p>(B) Segundo dom Geraldo em manifestação recente, a força da mídia costuma exercer influência negativa, sobre a opinião pública em momentos de grande tensão.</p> <p>(C) A opinião pública, que costuma sofrer influência da mídia vem-se mostrando favorável a um plebiscito no qual, se decida a respeito da controvérsia: redução da maioridade.</p> <p>(D) É uma pena, que os congressistas em vez de dedicarem seu tempo a projetos afirmativos, preocupem-se com medidas como essas de caráter tão-somente punitivo.</p> <p>(E) Se baixar a idade penal, resolvesse o problema, nos Estados Unidos onde há tanto rigor, com os jovens infratores, a criminalidade do menor praticamente não existiria.</p>
<p>8. Está clara e correta a redação do seguinte período:</p> <p>(A) A divulgação da posição da CNBB revelou que se está totalmente contrária à quem quer que proponha se reduzir os limites da maioridade penal.</p> <p>(B) O que se espera das conversas entre os bispos e os deputados é que possa ter um acordo no sentido de evitarem de votar em matérias que o assunto seja essa redução.</p> <p>(C) É espantoso que hajam tantos projetos que visem os crimes de menores, à medida que pouco se faz em nome das melhorias de nossa educação.</p> <p>(D) Os plebiscitos costumam realizar-se em tempo de crise, e há alguns governantes astutos que deles se valem para delegar responsabilidades.</p> <p>(E) Caso se optassem por políticas públicas mais responsáveis, conforme dom Geraldo, não seria o caso de polícia, mas de educação do menor infrator.</p>	<p>11. Dispõe-se de dois lotes de boletins informativos distintos: um, com 336 unidades, e outro, com 432 unidades. Um técnico judiciário foi incumbido de empacotar todos os boletins dos lotes, obedecendo as seguintes instruções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– todos os pacotes devem conter a mesma quantidade de boletins;</li> <li>– cada pacote deve ter um único tipo de boletim.</li> </ul> <p>Nessas condições, o menor número de pacotes que ele poderá obter é</p> <p>(A) 12</p> <p>(B) 16</p> <p>(C) 18</p> <p>(D) 24</p> <p>(E) 32</p>
<p>9. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) A CNBB, <u>cuj</u>a a cúpula acabou de se manifestar, mostrou-se intransigente <u>por</u> qualquer medida radical que venha a prejudicar os menores infratores.</p> <p>(B) A matéria <u>de que</u> dizem respeito 58 dos projetos tem a ver com a redução da maioridade, <u>na qual</u> os bispos da CNBB posicionaram-se desfavoravelmente.</p> <p>(C) Os projetos de redução de maioridade, <u>cuj</u>a tramitação está acelerada, não contam com a simpatia <u>de quem</u> deseja uma política de inclusão dos menores carentes.</p> <p>(D) A força da mídia, <u>à qual</u> nem todos mostram consciência, costuma ser decisiva nos momentos <u>onde</u> a opinião pública está emocionalmente abalada.</p> <p>(E) É um mito imaginar <u>de que</u> basta reduzir a maioridade penal para que os problemas da delinqüência juvenil, <u>que sua</u> existência ninguém nega, sejam definitivamente resolvidos.</p>	<p>12. Do total de técnicos judiciários que executaram certa tarefa, sabe-se que <math>\frac{1}{5}</math> são do sexo feminino e 10% do número de homens trabalham no setor de R.H. (Recursos Humanos). Se 54 desses técnicos são do sexo masculino e não trabalham no setor de R.H., quantas mulheres executaram tal tarefa?</p> <p>(A) 15</p> <p>(B) 18</p> <p>(C) 20</p> <p>(D) 25</p> <p>(E) 27</p> <p>13. Três técnicos do T.R.T. foram incumbidos de catalogar alguns documentos e os dividiram entre si, na razão inversa de seus tempos de serviço público: 4 anos, 6 anos e 15 anos. Se àquele que tem 6 anos de serviço coube catalogar 30 documentos, a diferença positiva entre os números de documentos catalogados pelos outros dois é</p> <p>(A) 28</p> <p>(B) 33</p> <p>(C) 39</p> <p>(D) 42</p> <p>(E) 55</p>

<p>14. Uma máquina é capaz de imprimir 4 500 cópias em 5 horas de trabalho ininterrupto. Outra máquina, com capacidade operacional de 80% da primeira imprimiria 3 600 cópias em</p> <p>(A) 4 horas. (B) 4 horas e 30 minutos. (C) 4 horas e 45 minutos. (D) 5 horas. (E) 5 horas e 30 minutos.</p>	<p>20. Um certo número de processos foi entregue a 5 técnicos judiciários, dando-se a cada um a metade da quantidade recebida pelo anterior. Se o último técnico recebeu 18 processos, quantos recebeu o terceiro?</p> <p>(A) 64 (B) 72 (C) 78 (D) 82 (E) 86</p>
<p>15. Do total de documentos de um lote, sabe-se que 5% devem ser encaminhados ao setor de recursos humanos, 35% ao setor de recursos financeiros e os 168 restantes ao setor de materiais. O total de documentos desse lote é</p> <p>(A) 240 (B) 250 (C) 280 (D) 320 (E) 350</p>	<p>21. No que diz respeito à verificação da licitude da acumulação remunerada de cargos públicos, considere:</p> <p>I. A comprovação da compatibilidade de horários constitui requisito à licitude da acumulação. II. A acumulação não é extensiva a empregos em sociedades de economia mista. III. A proibição de acumular estende-se, também, às funções em autarquias e fundações públicas dos Territórios e dos Municípios. IV. Nas hipóteses previstas na Constituição Federal, a acumulação será legítima mesmo que não haja compatibilidade de horários. V. Sendo lícita a acumulação, a compatibilidade de horários ficará a critério das autoridades superiores.</p> <p>Dentre as alternativas acima, conclui-se que APENAS são corretos os itens</p> <p>(A) IV e V. (B) III e IV. (C) II e IV. (D) I e III. (E) I e II.</p>
<p>16. Um comerciante comprou 150 caixas de papelão a R\$ 1,00 cada uma. Vendeu <math>\frac{1}{3}</math> do total a R\$ 1,50 cada e as restantes a R\$ 1,80 cada. A sua porcentagem de lucro nessa transação foi de</p> <p>(A) 62% (B) 62,5% (C) 65% (D) 65,5% (E) 70%</p>	<p>22. Em matéria de direito de petição do servidor público é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) seu principal efeito é informar a Administração Pública da irregularidade do desmando ou do abuso. (B) a juízo da autoridade competente, o recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo. (C) os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado, em caso de provimento do pedido de reconsideração. (D) em caso de provimento do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado. (E) com o provimento do pedido de reconsideração, a decisão gera efeitos futuros ou <i>ex nunc</i>.</p>
<p>17. Uma pessoa tem R\$ 20 000,00 para aplicar a juro simples. Se aplica R\$ 5 000,00 à taxa mensal de 2,5% e R\$ 7 000,00 à taxa mensal de 1,8%, então, para obter um juro anual de R\$ 4 932,00, deve aplicar o restante à taxa mensal de</p> <p>(A) 2% (B) 2,1% (C) 2,4% (D) 2,5% (E) 2,8%</p>	<p>23. Dentre outras proibições, o servidor público federal NÃO poderá</p> <p>(A) exercer o comércio da qualidade de cotista. (B) participar da administração de empresa privada. (C) praticar o comércio na qualidade de comanditário. (D) atuar, como procurador, em qualquer caso, junto à repartição pública. (E) exercer o comércio na qualidade de acionista.</p>
<p>18. Um título foi descontado em R\$ 252,00, por ter sido pago com 180 dias de antecipação. Se a taxa mensal do desconto comercial simples foi de 3,5%, o valor nominal do título era</p> <p>(A) R\$ 1 100,00 (B) R\$ 1 150,00 (C) R\$ 1 200,00 (D) R\$ 1 250,00 (E) R\$ 1 300,00</p>	
<p>19. No almoxarifado de uma empresa há canetas e borrachas num total de 305 unidades. Se o número de canetas é igual ao triplo do número de borrachas diminuído de 35 unidades, o número de canetas é</p> <p>(A) 160 (B) 190 (C) 200 (D) 220 (E) 250</p>	

<p>24. O contrato de trabalho por prazo determinado NÃO poderá ser estipulado por mais de</p> <p>(A) sessenta dias, podendo ser prorrogado, desde que tacitamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de dezoito meses, vedada a conversão por prazo indeterminado.</p> <p>(B) seis meses, prorrogável, tácita ou expressamente, uma única vez e por igual período, podendo, após, ser convertido por prazo indeterminado, a critério do empregador.</p> <p>(C) doze meses, mas sendo prorrogado, expressamente, por uma única vez, passará a vigorar por prazo indeterminado.</p> <p>(D) vinte e quatro meses, prorrogável, sempre expressamente, uma única vez e por igual período, vedada sua conversão sem determinação de prazo.</p> <p>(E) dois anos, mas sendo prorrogado mais de uma vez, tácita ou expressamente, passará a vigorar sem determinação de prazo.</p>	<p>28. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa</p> <p>(A) da maioria absoluta do Congresso Nacional, deverá ser ratificada pelo Presidente da República.</p> <p>(B) da maioria dos membros do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização da maioria simples da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) do Presidente do Congresso Nacional, deverá ser antecedida de denúncia do Ministro da Justiça.</p> <p>(D) do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(E) do Ministro da Justiça, deverá ser antecedida de autorização da maioria simples do Senado Federal.</p>
<p>25. O pagamento de comissões e percentagens</p> <p>(A) só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.</p> <p>(B) é exigível integralmente junto com o salário do mês subsequente ao vencido.</p> <p>(C) é sempre devido a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao vencido.</p> <p>(D) é exigível, a qualquer momento da respectiva transação.</p> <p>(E) é devido trimestralmente, e no mês subsequente ao das transações.</p>	<p>29. Dentre outros direitos, são assegurados, pela Constituição Federal, à categoria dos trabalhadores domésticos:</p> <p>(A) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.</p> <p>(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.</p> <p>(C) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.</p> <p>(D) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.</p> <p>(E) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.</p>
<p>26. Em conformidade com a Constituição Federal, a Justiça do Trabalho é composta dos seguintes órgãos:</p> <p>(A) Vara da Justiça do Trabalho, Tribunais Distritais do Trabalho e Superior Tribunal do Trabalho.</p> <p>(B) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Distritais do Trabalho e Juntas de Conciliação do Trabalho.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Superior Tribunal do Trabalho.</p> <p>(D) Juntas de Conciliação e Julgamento, Tribunais Superiores do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Juízes do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.</p>	<p>30. Em matéria de duração do trabalho, considere:</p> <p>I. Será computado na jornada de trabalho, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, quando se tratar de local de difícil acesso, e o empregador fornecer a condução.</p> <p>II. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários.</p> <p>III. Será computado na jornada de trabalho, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, até o limite de duas horas diárias, quando se tratar de local não servido por transporte público e o empregador fornecer ou não a condução.</p> <p>IV. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p> <p>Dentre as alternativas acima, conclui-se que APENAS são corretos os itens</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>27. Dentre outras, os juízes gozam das seguintes garantias:</p> <p>I. vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício.</p> <p>II. no decorrer do período aquisitivo da vitaliciedade, em segunda instância, a perda do cargo dependerá de decisão administrativa transitada em julgado.</p> <p>III. adquirida a vitaliciedade, a perda do cargo dependerá de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>IV. a aquisição da vitaliciedade no primeiro grau ocorrerá após três anos de efetivo exercício.</p> <p>Dentre as alternativas acima, conclui-se que APENAS são corretos os itens</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

<p>31. Uma diretriz de programação que estabelece o número de módulos de programa subordinados a um módulo gerenciador denomina-se</p> <p>(A) modulação.</p> <p>(B) empacotamento.</p> <p>(C) acoplamento.</p> <p>(D) hierarquia de controle.</p> <p>(E) amplitude de controle.</p>	<p>36. A programação orientada ao objeto se inicia com o projeto, que apresenta aos programadores, principalmente, um</p> <p>(A) esquema de classes-chave.</p> <p>(B) esquema de métodos.</p> <p>(C) conjunto de cenários.</p> <p>(D) mapeamento dos atributos.</p> <p>(E) detalhamento das mensagens.</p>
<p>32. Na técnica de programação estruturada, a estrutura básica de seleção é representada por</p> <p>(A) <i>Do-while</i> e <i>If-then-else</i>.</p> <p>(B) <i>Case</i> e <i>If-then-else</i>.</p> <p>(C) <i>Repeat-until</i> e <i>If-then-else</i>.</p> <p>(D) <i>Do-while</i> e <i>Case</i>.</p> <p>(E) <i>Do-while</i> e <i>Repeat-until</i>.</p>	<p>37. Uma instância de classe, na técnica de orientação ao objeto, é</p> <p>(A) uma mensagem.</p> <p>(B) uma subclasse.</p> <p>(C) um componente.</p> <p>(D) um objeto.</p> <p>(E) um método.</p>
<p>33. Incrementar um contador para controlar um laço de programa é uma operação que deve ser posicionada</p> <p>(A) como teste de condição antes do laço.</p> <p>(B) como teste de condição após o laço.</p> <p>(C) na saída negativa do teste de fim de arquivo.</p> <p>(D) na saída negativa do teste do contador.</p> <p>(E) na saída positiva do teste de fim de arquivo.</p>	<p>38. O conceito-chave <i>polimorfismo</i> é um fenômeno pelo qual</p> <p>(A) elementos mais específicos incorporam a estrutura e o comportamento de elementos mais gerais.</p> <p>(B) dois ou mais objetos podem responder à mesma mensagem de maneiras diferentes.</p> <p>(C) são ocultados os dados, a estrutura e os detalhes de implementação de um objeto.</p> <p>(D) uma entidade é diferenciada de todos os outros tipos.</p> <p>(E) um objeto aloca espaço e permanece acessível na memória do computador.</p>
<p>34. A lógica em programação estruturada deve ser desenvolvida aplicando abordagem</p> <p>(A) de refinamentos sucessivos.</p> <p>(B) de reutilização de módulos.</p> <p>(C) de módulos em rede.</p> <p>(D) <i>midle-up</i> e <i>midle-bottom</i>.</p> <p>(E) <i>bottom-up</i>.</p>	<p>39. A implementação física dos blocos de construção dos sistemas orientados a objetos é representada pelo diagrama de</p> <p>(A) classes.</p> <p>(B) objetos.</p> <p>(C) componentes.</p> <p>(D) atividades.</p> <p>(E) casos de uso.</p>
<p>35. A técnica de programação estruturada exige, no mínimo, a aplicação de</p> <p>(A) 1 estrutura básica de lógica.</p> <p>(B) 2 estruturas básicas de lógica.</p> <p>(C) 3 estruturas básicas de lógica.</p> <p>(D) 4 estruturas básicas de lógica.</p> <p>(E) 5 estruturas básicas de lógica.</p>	<p>40. A ferramenta de <i>software</i> orientada ao objeto, que edita valores de variáveis de instância de objetos, denomina-se</p> <p>(A) <i>browser</i>.</p> <p>(B) <i>profiler</i>.</p> <p>(C) depurador.</p> <p>(D) ligador.</p> <p>(E) <i>inspector</i>.</p>

<p>41. Simular a função de <i>hardware</i>, ou de outros equipamentos externos, é uma tarefa das ferramentas CASE de teste, na categoria</p> <p>(A) transfuncional.</p> <p>(B) de medição estática.</p> <p>(C) de medição dinâmica.</p> <p>(D) de aquisição de dados.</p> <p>(E) de gerenciamento de testes.</p>	<p>46. O código de um laço em Java, cuja condição de execução é testada após a primeira iteração, é executado por meio do comando</p> <p>(A) <i>repete</i>.</p> <p>(B) <i>loop</i>.</p> <p>(C) <i>while</i>.</p> <p>(D) <i>do</i>.</p> <p>(E) <i>for</i>.</p>
<p>42. As técnicas de fatiamento de programas e de análise de dependências são aplicadas por meio da ferramenta CASE de manutenção, na categoria</p> <p>(A) engenharia reversa estática.</p> <p>(B) engenharia reversa dinâmica.</p> <p>(C) reengenharia de código.</p> <p>(D) reengenharia estática.</p> <p>(E) reengenharia dinâmica.</p>	<p>47. Sobre os <i>arrays</i> em Java, NÃO se pode afirmar que</p> <p>(A) são objetos.</p> <p>(B) são acessados por meio de seus índices.</p> <p>(C) os valores dos índices iniciam sempre em 1.</p> <p>(D) possuem tamanhos definidos no momento da instalação.</p> <p>(E) podem ser compostos por elementos de tipos primitivos.</p>
<p>43. O código Java é gerado em arquivo com extensão</p> <p>(A) <i>.ser</i></p> <p>(B) <i>.jar</i></p> <p>(C) <i>.java</i></p> <p>(D) <i>.html</i></p> <p>(E) <i>.class</i></p>	<p>48. O MySQL é um servidor de banco de dados com capacidade de dividir um serviço em pequenas partes denominadas</p> <p>(A) <i>thread</i>.</p> <p>(B) <i>multithread</i>.</p> <p>(C) <i>triggers</i>.</p> <p>(D) <i>string</i>.</p> <p>(E) <i>stream</i>.</p>
<p>44. Para obter informações sobre as classes já compiladas, utiliza-se a ferramenta de desenvolvimento Java denominada</p> <p>(A) <i>appletviewer</i>.</p> <p>(B) <i>javadoc</i>.</p> <p>(C) <i>javah</i>.</p> <p>(D) <i>javap</i>.</p> <p>(E) <i>jdb</i>.</p>	<p>49. Várias linguagens de programação são suportadas pelo MySQL por meio de seu conjunto de</p> <p>(A) ODBC.</p> <p>(B) API.</p> <p>(C) CGI.</p> <p>(D) funções.</p> <p>(E) protocolos.</p>
<p>45. Em Java, uma operação aritmética indicada por <i>X++</i></p> <p>(A) soma 1 antes de retornar X.</p> <p>(B) retorna X e depois soma 1.</p> <p>(C) soma X antes de retornar X.</p> <p>(D) retorna X e depois soma X.</p> <p>(E) multiplica X por X.</p>	<p>50. O MySQL permite criar listas de dados e armazená-las em campos do tipo</p> <p>(A) SET, somente.</p> <p>(B) BLOB, somente.</p> <p>(C) SET e BLOB.</p> <p>(D) BLOB e ENUM.</p> <p>(E) SET e ENUM.</p>

<p>51. O MySQL oculta todo o mecanismo de armazenamento do banco de dados por meio da interface</p> <p>(A) CGI.</p> <p>(B) SQL.</p> <p>(C) ODBC.</p> <p>(D) LINUX.</p> <p>(E) DAEMON.</p>	<p>56. No sistema OS/400, a biblioteca QGPL é instalada</p> <p>(A) pelo usuário e usada para os seus próprios objetos.</p> <p>(B) pelo usuário e usada para programas licenciados.</p> <p>(C) com o sistema e usada para os objetos do usuário.</p> <p>(D) com o sistema e usada para os programas licenciados.</p> <p>(E) com o sistema e usada para tarefas do sistema operacional.</p>
<p>52. O tipo de dados <i>Smallint</i>, de 2 bytes, predefinido no DB2, pode assumir, respectivamente, os valores mínimo e máximo</p> <p>(A) -99 e +99.</p> <p>(B) -256 e +256.</p> <p>(C) -16.384 e +16.383.</p> <p>(D) -32.768 e +32.767.</p> <p>(E) -2.147.483.648 e +2.147.486.647.</p>	<p>57. Para o OS/400, um nome qualificado significa a identificação de um objeto, composta pelo nome</p> <p>(A) e tipo do objeto.</p> <p>(B) e tipo do objeto, mais o nome do proprietário.</p> <p>(C) e tipo do objeto, mais os nomes do proprietário e da biblioteca.</p> <p>(D) do objeto e nome do proprietário.</p> <p>(E) do objeto e nome da biblioteca.</p>
<p>53. Para obter o resultado das operações +, -, * ou /, no tipo de dados numérico Integer, o DB2 deverá utilizar, na seqüência, operandos do tipo</p> <p>(A) integer e decimal.</p> <p>(B) decimal e integer.</p> <p>(C) <i>smallint</i> e decimal.</p> <p>(D) <i>smallint</i> e <i>smallint</i>.</p> <p>(E) decimal e decimal.</p>	<p>58. Os comandos Linux encadeados pelo <i>pipe</i>, quando não produzem o resultado esperado, podem ser depurados com auxílio do comando</p> <p>(A) <i>ping</i>.</p> <p>(B) <i>tee</i>.</p> <p>(C) <i>find</i>.</p> <p>(D) <i>whereis</i>.</p> <p>(E) <i>traceront</i>.</p>
<p>54. No DB2, define-se um novo tipo de dados, baseado em um já existente, por meio de comando CREATE</p> <p>(A) ALIAS.</p> <p>(B) SYNONYM.</p> <p>(C) DISTINCT TYPE.</p> <p>(D) TRIGGER.</p> <p>(E) STOGROUP.</p>	<p>59. No ambiente Linux, o comando <i>xterm</i> NÃO</p> <p>(A) é um emulador de terminal.</p> <p>(B) abre uma janela gráfica com um <i>shell</i>.</p> <p>(C) abre uma seção terminal em modo texto.</p> <p>(D) é um cliente de ambiente gráfico.</p> <p>(E) possui recursos que permitem variar o modo de exibição.</p>
<p>55. O DB2 pode pesquisar a ocorrência de uma <i>string</i> em outra, opcionalmente a partir de uma posição, utilizando a função</p> <p>(A) VALUE.</p> <p>(B) TRUNCATE.</p> <p>(C) TRANSLATE.</p> <p>(D) SUBSTR.</p> <p>(E) LO CATE.</p>	<p>60. Os arquivos essenciais do sistema Linux normalmente são organizados no diretório funcional</p> <p>(A) /bin</p> <p>(B) /root</p> <p>(C) /boot</p> <p>(D) /sbin</p> <p>(E) /lib</p>